

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Caroline Maurmann Peixoto

**Relações entre Educação e Trabalho na Educação de Jovens e Adultos.
Estudo de caso sobre a Percepção dos estudantes.**

Porto Alegre

Julho de 2011

Caroline Maurmann Peixoto

Relações entre Educação e Trabalho na Educação de Jovens e Adultos.

Estudo de caso sobre a Percepção dos estudantes.

Trabalho apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Professor Paulo de Albuquerque Peixoto.

Porto Alegre

Julho de 2011

RESUMO

Este trabalho de conclusão diz respeito a uma pesquisa que busca fazer a relação entre *educação* e *trabalho* utilizando estes como conceitos chave, com Frigotto, Arroyo, Gentili, Franco e Enguita como principais referenciais teóricos, não tendo por equivalência formação e emprego. Foi realizado um estudo de caso, na perspectiva de Robert Yin, junto a um grupo de estudantes da Educação de Jovens e Adultos, para analisar as percepções deles sobre essas relações, e resultou como elemento disparador minha grande preocupação com o sentido da prática pedagógica e dos conteúdos curriculares exigidos nas escolas. Buscou compreender como na Educação de Jovens e Adultos a proposta de ensino pode fazer sentido na vida dos estudantes e, conseqüentemente, na formação da nossa sociedade. Pois ao entender a percepção que o estudante da Educação de Jovens e Adultos tem da educação e de que maneira a experiência escolar é ou não capaz de promover mudanças sociais individuais ou coletivas se compreende o lugar do pedagogo.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; educação – trabalho; representação social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTO ARTICULADOR	9
3. METODOLOGIA	26
4. SELEÇÃO DOS CASOS	27
5. ANÁLISE	28
5.1 Caracterização do Grupo	28
5.2 Conceitos Gerais	38
5.3 Relação entre conceitos gerais e vivências	44
6. CONCLUSÕES	50
7. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão é um espaço onde o estudante apresenta um tema que o inquieta e preocupa. Ao longo do curso de Pedagogia minha grande preocupação sempre foi dar sentido à minha prática pedagógica, não somente pensar de maneira restrita sobre os conteúdos curriculares exigidos mas como a experiência escolar poderia fazer sentido na vida dos estudantes e, conseqüentemente, na formação da nossa sociedade. Percebi então, que não bastava olhar apenas para os currículos, era preciso entender todo o funcionamento da escola e de que maneira a experiência escolar é ou não capaz de promover mudanças sociais individuais ou coletivas.

Acredito que nas relações entre educação e trabalho encontramos alguns dos pontos fundamentais para fazer essas análises. Portanto, escolhi como temática para meu TCC analisar essas relações buscando entender como os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, às compreendem, porque este programa tem na intencionalidade de uma política pública promover a escolarização e tem o trabalho e o emprego como porta de saída para uma população jovem que está fora dos espaços escolares.

Em função disso percebe-se que educação e escola são conexões que precisam ser resignificadas, principalmente nesta segunda década do século XXI marcada pelas grandes desigualdades sociais que continuam a se acentuar cada vez mais e pela fragilidade do mundo do trabalho, chamadas por alguns de “crise do trabalho” e vista por outros, de maneira mais ampla, como crise do sistema capitalista. Frigotto (2005, p.22) diz que o que está em crise não é o trabalho, mas a forma capitalista de trabalho assalariado. Arroyo (1999, p.20) completa dizendo: “Não é só o trabalho que está em crise, a educação escolar e as certezas de seu papel também estão e, sobretudo, as certezas sobre o que tem movido socialmente a constituição histórica dos sistemas educativos.”

Há uma aproximação cada vez maior das relações entre trabalho e educação e, é impossível negar que as questões do trabalho influenciam a escola. Relacionar a educação ao mundo do trabalho é algo que parece comum em alguns discursos da vida cotidiana, tão comum que é visto quase como natural pela sociedade. Este trabalho busca identificar essas relações para entender melhor estas se produzem e reproduzem, pois como pedagogo é importante tê-las presente na constituição de sua estratégia

pedagógica. Para entender suas relações com o mundo do trabalho não basta apenas caracterizar a educação e suas funções é preciso analisar atentamente onde, quando e como elas acontecem. Além disso, é preciso compreender muito bem os processos educativos, considerando os currículos, a organização e a prática educativa na escola. Com isso, buscamos perceber até que ponto o discurso caminha com a prática, ou então, se a escola não se desvincula desta prática ao menos a faz de maneira crítica e consciente?

Será que a sociedade, e principalmente os educadores e educandos, têm consciência de todos os aspectos em que a educação se relaciona com o mundo do trabalho e como se dão os processos de transformação de um lado que influenciam nas mudanças do outro? Essa é uma das questões que este trabalho tenta responder, para tanto, propomos estudos de casos com os estudantes, como recurso epistemológico.

No contexto articulador são feitos alguns recortes sobre a história da educação e do trabalho. Considerando que muitas pessoas percebem a organização de ambos como algo natural e não como fruto conflitivo de interesses políticos econômicos e sociais. Esses recortes históricos analisam modificações marcantes na organização da escola e do trabalho em nossa sociedade, buscando romper com a ideia de que essas são naturais e demonstrar como, desde o início, contribuíram para alienação dos trabalhadores beneficiando apenas uma pequena parte da sociedade. Apresentamos neste momento as categorias analíticas ou a forma como este problema vai ser entendido, dito de outro modo, qual a perspectiva analítica que está sendo proposta ao leitor. Analisa-se também, o atual contexto conflitivo em que a Educação de Jovens e Adultos se relaciona com o trabalho e de que maneira a escola produz ou reproduz essas relações.

A metodologia de Robert Yin é utilizada para realizar os estudos de casos. Seguindo suas orientações são feitas as seleções dos casos e as análises com bases nos referenciais teóricos apresentados. Nos estudos de casos apresentamos a representação social dos estudantes do Educação de Jovens e Adultos em relação educação, trabalho e formação, buscando entender como isto está relacionado ao mundo do trabalho.

Ao final, as conclusões são feitas a partir das análises dos estudos de caso e dos referenciais utilizados.

2. CONTEXTO ARTICULADOR

Para estabelecer as relações entre educação e trabalho e refletir sobre elas é preciso, não só compreender a história da educação, mas também, o desenvolvimento do capitalismo e seu vínculo com a história do trabalho. Sem esta articulação fica difícil um posicionamento pedagógico capaz de auxiliar na superação dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. É preciso entender como se constituem, se estruturam e se relacionam e como se situam as relações de trabalho no capitalismo para identificar o papel da educação nesse contexto.

Quando se busca analisar a História da Educação muitos autores falam sobre evolução ou permanente desenvolvimento, contudo Mariano Enguita (1989, p.129) ressalta que: “[...] a história da educação é a de uma sucessão de revoluções e contra-revoluções”. As relações entre escola e trabalho são vistas por muitos como naturais, como se a escola tivesse sempre este propósito. Ao contrário, o que se percebe é que os primeiros sistemas escolares do Ocidente estavam muito mais relacionados a fatores e fins políticos, religiosos ou militares do que econômicos. Enguita (1989 p.130) afirma que “os reformadores religiosos mais que ninguém, não ignoravam o enorme poder doutrinator da escola”. A escola, portanto, nem sempre esteve ligada a motivações econômicas, mas quase sempre esteve ligada à interesses de grupos influentes.

A gênese do capitalismo tem origem ainda no período feudal onde se iniciam as grandes modificações tanto nas questões sobre trabalho como nas questões sobre educação. De modo geral, esta transição gerou mudanças muito significativas nas sociedades ocidentais. Franco, em seu livro *A escola do trabalho e o trabalho da escola*, fala sobre a separação marcante entre a teoria e a prática, entre a concepção e a execução com o surgimento das chamadas “gerências”. Os trabalhadores, aos poucos, perderam o conhecimento amplo e o controle sobre os processos de produção, perderam sua independência e passaram a ser subordinados aos interesses do capital.

Essas modificações foram aos poucos produzindo uma grande massa de trabalhadores alienados Para Franco (1991) o trabalho escapa totalmente ao controle do trabalhador. É a partir da compreensão desta “perda de controle” que se torna possível (re)pensar sobre a organização do trabalho.

Alienar é uma palavra que vem do latim e significa transferir a outrem o seu direito de propriedade. [...] Esse processo de alienação faz com que o salário que o trabalhador recebe no fim do dia, da semana, ou do mês, represente apenas parte do tempo pago pelo que produziu de bens de serviço; a outra fica com quem empregou o trabalhador. Parte de seu esforço, que tem como resultado mercadorias ou serviços, é, então, alienada. Ou seja, é apropriado pelo empregador. O que mascara esta exploração é sua legalização pelo contrato de trabalho. (Frigotto, 2005, p.17)

Criticar o sistema capitalista não é suficiente. Para Franco (1991) o capitalismo e o socialismo existente são muito semelhantes, pois em ambos o trabalho se constitui em um poderoso instrumento de desumanização e embrutecimento do trabalhador.

Houve, ao longo do tempo, diferentes configurações do capitalismo e este sempre se aproveitou cada vez mais da escola para atender às suas necessidades. Desde o crescimento da classe burguesa até os dias de hoje, o que se percebe é uma relação cada vez mais estreita entre escolas e as expectativas do mercado.

Por conseguinte, torna-se claro que as escolas antecederam o capitalismo e a indústria e continuaram desenvolvendo-se com eles, mas por razões a eles alheias. Entretanto, pode-se afirmar que, desde um certo momento de desenvolvimento do capitalismo que seria tão difícil quanto ocioso datar, as necessidades deste em termos de mão de obra foram o fator mais poderosa a influir nas mudanças ocorridas no sistema escolar em seu conjunto e entre as quatro paredes da escola. (Eguita, 1989, p.130-131)

Sabemos que a escola e a própria visão de educação como um todo se transformou ao longo do tempo por todo o mundo, no Brasil não foi diferente. Essa transformação esteve ligada a ideologias, modelos políticos, econômicos e sociais que se modificaram paralelamente à ela. A história da Educação de Jovens e Adultos acompanha a história da educação como um todo, pois de maneira geral ela também esteve sempre ligada a questões políticas, econômicas e sociais. No Brasil, a (re)significação da educação é um dos grandes desafios da nossa sociedade. Os baixos níveis de escolarização da população, os baixos salários dos professores e, de maneira geral, os baixos investimentos são as provas mais claras do descaso dos governantes com a educação.

Podemos dizer que a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciou-se com os primeiros sistemas escolares jesuíticos mas que foi apenas a partir de 1940 que ela realmente ganhou forma e força como modalidade educacional diferenciada de educação básica.

Ao longo da história da educação houveram diversas modificações nas leis, tanto positivas como negativas, produtos de contextos conflituosos de cada momento e, na Educação de Jovens e Adultos, não foi diferente. Contudo, não há como negar que no caso da Educação de Jovens e Adultos o descaso é ainda maior. A maior conquista da Educação de Jovens e Adultos no campo político foi, sem dúvida, o seu reconhecimento na constituição de 1988, mas apesar da Constituição ter reconhecido a educação como um direito de todos, independente da idade, pouca coisa mudou.

Acompanhadas dessa nova legislação vieram políticas públicas que tinham como objetivo principal erradicar o analfabetismo. Contudo, a oferta de vagas e os investimentos nesse sentido nunca foram suficientes para as demandas. Muito mais que um direito, a Educação de Jovens e Adultos precisa ter reconhecida sua importância tanto para o desenvolvimento de seus sujeitos individuais como para a sociedade como um todo. Os governos deveriam estabelecer políticas públicas para viabilizar o acesso e estimular a permanência mas tem se mostrado incapazes. Para piorar, uma emenda constitucional coloca a Educação de Jovens e Adultos no mesmo patamar da educação infantil.

A luta por uma Educação de Jovens e Adultos significativa se percebe muito mais por iniciativas individuais e de grupos que por iniciativas do governo. No geral as políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos se caracterizaram muito mais por medidas assistencialistas e compensatórias do que pela busca de um projeto de educação realmente emancipador.

O objetivo principal da Educação de Jovens e Adultos é oferecer uma modalidade diferenciada de ensino para uma parte da população que principalmente, por razões econômicas não teve acesso a educação em idade escolar.

A Educação, como um todo, tem como um de seus principais objetivos preparar os estudantes para o exercício da cidadania. Os educadores devem participar ativamente com os estudantes na (re)construção de seus conhecimentos e de suas identidades como sujeitos incentivando um pensamento crítico e uma postura cidadã com

consciência de seus deveres e direitos. É apenas quando estes objetivos se tornam concretos que estes sujeitos se tornam capazes de produzir novas realidades.

De acordo com o Dicionário Aurélio, cidadão é o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado”. A educação é defendida como um direito universal que permite, ou deveria permitir, aos sujeitos desenvolverem suas potencialidades se apropriando dos conhecimentos produzidos pela humanidade, mas o trabalho não é visto como um direito, da mesma maneira. A sociedade, no geral, não percebe o trabalho com um direito do cidadão. Frigotto fala do trabalho como um direito:

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais.[...] Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma capitalista de trabalho alienado, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida e, quando for o caso, a dos filhos. (Frigotto 2005, p.15).

Para Franco (1991) o papel da escola é a transmitir conhecimentos, contanto que não sejam abstratos, mas concretos, que se relacionem com as vivências dos estudantes e as necessidades da sociedade. Ele também afirma que o valor desses conhecimentos dependem da compreensão de seu significado social, e por isso eles devem evocar a reflexão social. Arroyo (1999, p 28) também fala sobre os conhecimentos escolares afirmando que : “Não são os conhecimentos formais mas os processos de aquisição e as relações sociais e materiais nas quais eles são adquiridos o que constitui a fonte fundamental da formação escolar.”

Nessa perspectiva, Franco vai além analisando a relação que esses conhecimentos estabelecem com o trabalho, na medida em que os conhecimentos escolares se tornam apenas parte da formação de mão-de-obra.

[...]a escola não pode ser uma agência formadora de mão-de-obra para os setores produtivos considerados prioritários. Seu objetivo central deve ser: formar o educando como homem cidadão, e não apenas prepará-lo para o exercício de funções produtivas nas empresas, para ser consumidor competente dos produtos

disponíveis no mercado. (Rodrigues 1984: 83-4). Franco (1991,pg.82)

A Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista como uma simples fonte de conhecimentos necessários para o trabalho e adequação ao mercado, ela, como toda educação, deve considerar o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Na nossa sociedade a escola ainda é vista como meio de ascensão social, contudo, ela não é o único, mas é parte de um processo que, no geral, só se inicia através dela. Desde muito pequenos todos ouvimos que é preciso estudar para “ser alguém” na vida, somos questionados diversas vezes sobre o que vamos ser quando crescer e se somos bons estudantes, isto é, se já sabemos nos comportar e obedecer.

A valorização e a obrigatoriedade da escolarização não garante a presença dos estudantes nas salas de aula, pois muitos são obrigados a deixar a escola para trabalhar e auxiliar no sustento da família. Também por isso, a escola não pode ter sentido somente quando se pensa no futuro.

As escolas públicas de 1 e 2 graus têm contribuído para reproduzir de maneira preponderante a sociedade de classes brasileira, com suas extremas desigualdades sociais. [...] Essa reprodução não se dá tanto ao nível dos conteúdos que transmitem, mas pela exclusão da maioria dos estudantes das classes trabalhadoras dos bancos escolares. (Franco 1991, pg.61)

A escola é considerada como principal fonte para aquisição de conhecimentos importantes para vida, isto é, responsável pela formação tanto quanto, ou mais, que a própria família. A baixa escolaridade se reflete de muitas maneiras ao longo da vida mas principalmente no preconceito e na discriminação. Há indiscutivelmente uma preocupação com a evasão escolar das crianças e adolescentes mas na Educação de Jovens e Adultos, em muitos casos, essa evasão é vista como natural.

A construção desses conhecimentos está diretamente relacionada a experiência escolar mas não acontece apenas nela. A Educação de Jovens e Adultos deve reconhecer tanto os conteúdos formais como os não formais, estabelecendo relações entre os conteúdos de sala de aula com as particularidades dos estudantes. O trabalho da escola não pode ser confundido com trabalhos como da família, da igreja ou de partidos políticos, mas tampouco pode estar desconexo com outras práticas sociais.

Entende-se que os processos educacionais não estão presentes apenas nessas instituições e que mesmo para os que às frequentam há que se somar também outras contribuições. Portanto não podemos esquecer que a socialização acontece na família, na cidade, na rua, nos espaços de lazer e cultura, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e sindicatos, nas experiências juvenis, nos espaços múltiplos, instituídos e legitimados, ou invadidos e ocupados em que reproduzimos nossa existência em cada ciclo de nossa vida social e cultural. Segundo Mannhein, todo e qualquer ato de conhecimento não resulta somente da consciência puramente teórica, mas também, de muitos elementos da natureza não teórica, proveniente das influências, das vontades e da vida social do sujeito.

Todas as práticas sociais não são neutras, são conscientes ou não, a educação sempre produz ou reproduz modelos e, muitas vezes reproduz simplesmente pela falta de um posicionamento crítico.

Enquanto não levarmos a sério a intensidade do envolvimento da educação com o mundo real das alternantes e desiguais relações de poder, estaremos vivendo em um mundo divorciado da realidade. As teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas. São intrinsecamente éticas e políticas e, em última análise, envolvem – uma vez que assim se reconheça – escolhas profundamente pessoais em relação ao que Marcus Raskin denomina “o bem comum” (Michael Apple apud Pablo Gentili, 2000, p.21)

De acordo com M. Arroyo (1999) todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que não se limita apenas ao aprendizado de conhecimentos, eles demonstram o que ele chama de “uma opção política por um protótipo de ser humano”. Frigotto (2005, pg.23) também analisa esta questão afirmando que: “os processos educacionais, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras e formadoras da sociedade em que vivemos. São práticas sociais não-neutras”. Nesse contexto, é importante analisar, se existente, as dicotomias entre os discursos e as práticas do que se pretende e o que realmente se realiza, quais as ilusões e desilusões das pessoas que participam desses processos. A escola não cria modelos, mas ela os reforça, não apenas na seleção dos conteúdos mas em sua estrutura como um todo.

Um bom trabalho é outro meio de ascensão social, por essa razão, as discussões sobre a preparação dos estudantes, nas escolas, para o mercado de trabalho tem sido frequente. Os inúmeros testes para orientação vocacional e profissional dentro das escolas também demonstram claramente essa preocupação com o futuro profissional.

Normalmente a vocação tem sido tratada como algo inato ao homem e não como alguma coisa que muito tem a ver com o meio familiar e cultura, com o grupo e a classe social a que o indivíduo pertence. (Franco p.72-73)

Não é possível ignorar que em uma economia controlada por poucos, resta a grande massa da população apenas a opção de vender sua força de trabalho. Frigotto (2005, pg.16) afirma que “é dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: os proprietários dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários – trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver”. Portanto, para ele, o trabalho, no sentido de produção de bens úteis ou criador de valores é “condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros”. Não existe nada mais humilhante que não ter dinheiro, portanto, o desemprego não se reduz apenas em uma questão econômica. Franco também considera a importância do trabalho e analisa as questões sociais nas quais ele está envolvido:

Pelo trabalho, todavia, o homem se faz homem, modifica a natureza, transforma suas condições de vida. Pelo trabalho, também, o homem é alienado, subjugado, dominado. Ante essas duas faces, qual é o papel da escola na tão discutida “preparação para o trabalho” em nossa sociedade? Franco (1991, pg.53)

O aprendizado escolar portanto não é livre, passa pela vivência e sujeição aos processos e relações instituídas na sociedade, pois as vivências das relações sociais e as práticas escolares reproduzem inevitavelmente as relações de trabalho. As aprendizagens escolares têm influência tão direta no mundo do trabalho que o sucesso na escola é visto como diretamente relacionado com o sucesso no mercado de trabalho. As relações de trabalho também são internalizadas na família e outros ambientes mas certamente é a escola que tem papel fundamental nessa aprendizagem.

Os estudantes de Educação de Jovens e Adultos retornam aos bancos

escolares principalmente com a expectativa de uma formação que possibilite uma melhor qualificação e, conseqüentemente, melhores cargos, empregos e salários. O Educação de Jovens e Adultos é uma política de educação que aponta para o fracasso e a esterilização da escola frente a fragilidade de determinados segmentos da sociedade.

Se, entretanto, para esses estudantes, a passagem pela escola reveste-se da crença de que constitui garantia de acesso a satisfatórias condições de trabalho, o mesmo não ocorre quando buscamos avaliar a relação que percebem entre os conteúdos disciplinares e suas vidas. Ao perguntarmos, por exemplo, se o que estudam na escola relaciona-se com o viver cotidiano, no mais das vezes afirmam não identificar tais relações. (Rummert 2005, pg.125)

A representação que os estudantes de Educação de Jovens e Adultos tem da escola e da formação está diretamente relacionada a forma como os professores apresentam o programa Educação de Jovens e Adultos: direcionado para o mundo do trabalho onde “inclusão social” é equivalente a inclusão no mundo do trabalho”.

É, assim, quase unânime a relação estabelecida pelos estudantes entre a passagem pela escola, com a conseqüente certificação, e a possibilidade de ocupar bons postos de trabalho (seja num primeiro emprego, seja retornando ao mercado de trabalho depois de desempregados, ou ainda ascendendo profissionalmente). Afirmam buscar a escola para obter “maiores chances de disputar um emprego em igualdade de condições com os outros concorrentes”, para conseguir “um emprego digno”; para “melhorar no campo profissional, crescendo e desenvolvendo para um futuro melhor”. (Rummert 2005, pg.125)

No geral, as pessoas acreditam que os conhecimentos aprendidos na escola são fundamentais para o futuro, em especial, para o futuro profissional e que quanto maior o grau de instrução maiores são as chances de conseguir melhores empregos e, por conseqüência, melhores salários. Franco (1991) reafirma essas tendências dizendo que:

É frequente, hoje, ouvirmos expressões como as que seguem: a escola deve atender às demandas do mercado de trabalho; a escola precisa adequar-se às

necessidades do mercado de trabalho, local ou regional; o currículo da escola deve adequar-se àquilo que a empresa necessita, etc. (p. 81)

Franco chama a atenção para os fatos dessas expressões não considerarem as características do mercado de trabalho e a escola como mediação, ou seja, como instituição que não está totalmente subordinada às exigências desse mercado.

Eguita (1998) diz que as expressões mais utilizadas atualmente quando se fala em educação incluem principalmente a palavra “qualidade”. Além disso, ele também fala sobre a força que essas expressões ganham com o tempo.

Se existe hoje uma palavra em moda no mundo da educação, essa palavra é, sem dúvida, “qualidade”. [...] De um simples termo ou expressão, transforma-se assim no eixo de um discurso fora do qual não é possível o diálogo, porque os interlocutores não se reconhecem como tais senão através de uma linguagem comum (pg.95).

É possível encontrar inúmeras expressões que relacionam o trabalho e a educação – empresa-escola, escola produtiva, preparação para o trabalho, etc – e, no geral, quase todas essas expressões demonstram que os objetivos da escola aparecem nos discursos quase sempre partindo dos interesses do capital e raramente dos interesses dos estudantes. Apesar desses discursos se fortalecerem ao longo do tempo, eles continuam sem considerar muitas questões importantes, como as citadas por Franco, e centralizam-se nas expectativas do mercado. A preocupação das empresas também fica cada vez mais evidente, especialmente nos meios de comunicação e (des)informação.

Na década de 1990, houve uma grande produção de caráter acadêmico, e mesmo jornalístico, que mostrava – de certa forma, admirada – o ingresso “resoluto” e “proativo” dos empresários brasileiros no debate educacional. Para os autores dessa produção, os empresários finalmente teriam percebido o “valor da educação” [...] (Rodrigues 2005, pg.103)

Os índices educacionais da década de 1990 demonstram uma redução no analfabetismo e um aumento no nível médio de escolaridade, o que demonstra a

influência dos grandes empresários na educação brasileira. Isso não quer dizer que apenas na década de 1990 houve uma participação mais direta dos empresários na educação brasileira.

Analisando essas relações P. Gentili fala sobre o que ele mesmo denomina de McDonaldização da escola afirmando que os mesmos princípios que regulam a prática cotidiana do McDonalds podem ser aplicados as instituições escolares. A escola vista como mercado educacional pode definir estratégias competitivas para atuar nos mercados respondendo as diversidades de demandas de consumo por educação.

Quando Gentili (2000, p.23) fala que “a educação e trabalho afirma que a educação desempenha um papel fundamental como uma das esferas submetidas à lógica privatizante que orienta o ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo. Nessa ofensiva de caráter antidemocrático e excludente, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e (re)estruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais”. Nessa perspectiva, para o neoliberalismo, a crise educacional é uma crise de eficiência “derivada do inevitável efeito perverso ao qual conduz a planificação estatal”. A visão neoliberal conduz a uma lógica “ingênua” pois acaba sempre por beneficiar apenas uma pequena parcela da sociedade.

Criticar esses discursos neoliberais não significa dizer que a escola não deve preparar para o mercado de trabalho e se relacionar com ele. Até porque, a escola que ignorar as exigências do mercado estará, de outra maneira, excluindo seus estudantes. Se os educadores tiverem consciência dessas relações e processos a socialização poderia acontecer de maneira mais crítica e consciente pelos educandos. É importante lembrar que:

Em sociedades onde os trabalhadores estão mais organizados em sindicatos ou partidos, não se eliminou a exploração do trabalho, mas tornaram-na menor. (...) a educação, a saúde, o transporte, o lazer e a cultura, a previdência social e o salário desemprego (em algumas poucas nações) passaram a se constituir em direitos sociais dos trabalhadores. Mediante as lutas dos próprios trabalhadores, o direito ao trabalho e à estabilidade no emprego também foram ampliando-se. (Frigotto 2005, pg.20-21)

Nosso olhar crítico não pode ter uma visão em mão única, de que os modos de

produção se estendem para os demais, especialmente na educação, pois assim perderíamos a reflexão sobre a complexidade dos processos formadores.

Nesse sentido, superar esse olhar de mão única pode significar estarmos não apenas atentos as marcas da fábrica que invadem a escola, a família, o lazer, etc; mas também estarmos atentos as marcas humanas que levamos para nossa condição de trabalhadores; marcas, competências, e valores conformados na vida em família, na rua, no convívio urbano, na cultura juvenil, no lazer; marcas que levamos para o trabalho constitutivas da condição de mulheres, homens, negros, brancos, crianças ou jovens. (Arroyo, 1999 p35)

A Educação de Jovens e Adultos deve portanto, ir além do ensino profissionalizante, do domínio do saber sobre o trabalho e dos processos e relações de produção, ela deve considerar da mesma maneira os processos sociais e culturais envolvidos que formam o sujeito superando a visão reducionista que centra-se no domínio de novas técnicas e saberes sobre o trabalho devido as mudanças pontuais nos meios de produção. O que se defende é que os principais objetivos da Educação de Jovens e Adultos devem partir das necessidades da sociedade e não do capital, pois, como afirma Franco (1991, pg.84), “os objetivos da escola e os da empresa diferem profundamente. Enquanto a escola deve ter como preocupação a promoção do homem, a preocupação de formar o cidadão, a empresa se preocupa basicamente com o lucro”. A educação portanto, não pode ser um instrumento de reprodução social, principalmente, quando beneficia apenas uma pequena parte da sociedade através da alienação. A educação que somente considera esse ponto de vista limita-se a ajustar-se as metamorfoses do mundo do trabalho.

Uma Educação de Jovens e Adultos que forma trabalhadores conscientes, reflexivos e participativos não está deixando de socializar, ela está abrindo um caminho para mudança social. Na perspectiva proposta por M. Apple a necessidade de superar o senso comum dominante e ir além dele é sempre, e inevitavelmente, uma tarefa política.

Como se posiciona a escola frente a ordem social reproduzida especialmente nas relações de trabalho? A escola apesar de seu papel social cultural não discute de maneira clara as relações que estabelece com o mundo do trabalho e cada vez surgem mais críticas em relação à essas conexões, que não negam mas mostram o caráter

contraditório, tenso e dialético e em alguns casos mostram também a resistência dos educandos educadores e trabalhadores.

A escola é inevitavelmente uma instituição socializadora e o trabalho como algo indispensável para a própria sobrevivência se relaciona à ela preparando os sujeitos desde a infância para uma sociedade específica, no nosso caso a sociedade capitalista. Arroyo (1999, p16) afirma que “o mecanismo compulsório suave para a internalização do aprendizado do trabalho é a impossibilidade de sobreviver sem vender a própria força de trabalho, sobretudo diante da multiplicação das necessidades humanas”.

A absorção dessas relações sociais é tida como necessária ainda que submeta o sujeito a exploração e dominação que elas implicam. Ao longo da história sempre houveram mecanismos de incorporação forçada ao trabalho, como os impostos aos indígenas, negros, pobres, etc. Atualmente ainda que “disfarçados” esses mecanismos incorporam os sujeitos ao sistema capitalista. Mesmo que o sujeito questione estas relações, o nosso sistema de produção capitalista que exige da maioria da população que o sujeito adquira um trabalho assalariado para sobreviver.

Miguel Arroyo questiona sobre que papel cumprem as relações sociais na escola na formação do trabalhador e dos educandos em geral abordando os vínculos entre trabalho e educação, priorizando as relações entre as mudanças na esfera do trabalho e sua expressão na esfera da educação. Seu trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte analisa os vínculos entre as relações sociais e a formação do trabalhador. Na segunda aponta como estão sendo repostos esses vínculos, a centralidade das relações sociais na escola na formação dos educandos e educadores e as relações sociais nos processos educativos. Ele apresenta uma preocupação sobre as teorias e metodologias das escolas e como isso se vincula a questão do trabalho e educação além de afirmar a importância de um diálogo aberto sobre o tema.

O que M. Arroyo chama de modelos conectivos de análise demonstram que os vínculos entre as demandas da produção e as respostas dadas pela escola, organizam-se através de uma lógica quase dedutiva. A centralidade das relações de produção têm sua expansão inevitável para todo o social, especialmente o meio escolar.

A escola foi pensada para moldar, e não teria como não moldar. Logo a tarefa que resta aos educadores, pesquisadores e formadores de políticas será estar atento às

mudanças no perfil do trabalhador demandado pela produção para ajustar a escola a essas mudanças. (Arroyo, 1999 p.17)

Apesar de tudo, muitas escolas ignoram este tipo de discussão ou trabalham de maneira descontextualizada com a realidade dos estudantes. A própria escola também é um ambiente de trabalho com questões a serem analisadas, exploradas e (re)definidas. Franco (1991, pg.73) diz que “o ensino, o estudo, a transmissão dos saberes constituem formas de trabalho. Não é, portanto, possível dizer que o mundo do trabalho está distante da escola.

Por um lado a sociedade super valoriza a questão do trabalho e por outro deixa de lado as discussões sobre seu real significado. Ver o trabalho como princípio educativo não é simples e fica ainda mais difícil se não for trabalhado historicamente. Uma das tarefas da escola deve ser pensar como o trabalho, que na sociedade capitalista é um fator de alienação, pode-se tornar um princípio educativo.

Quando falamos da necessidade de compreender as relações entre educação e trabalho falamos também da necessidade de compreender o papel da educação na sociedade capitalista, de conceitos como liberdade, opressão, mais valia, economia, neoliberalismo, entre outros. Os educadores quando se dizem comprometidos com a construção de sujeitos sociais participativos na sociedade não podem deixar de levantar questões sobre a organização do trabalho na sociedade e suas relações com a educação.

Perceber a escola como produto das atividades historicamente condicionadas dos homens implica reconhecer que ela pode ser transformada. Significa, ainda, que agir dentro da escola, modificar as atuais práticas pedagógicas é contribuir simultaneamente tanto para a transformação da escola quanto da sociedade. Essa postura implica em considerar a escola concomitantemente como reprodução / transformação da realidade histórico-social existente, ou seja, a escola é e não é reprodução, é e não é transformação. (Franco 1991, pg.54-55)

A função da escola não é apenas transmitir conteúdos, é buscar o desenvolvimento pleno de seus estudantes para que tenham crescimento intelectual e emocional. É fundamental que a sociedade seja capaz de pensar um projeto de educação emancipatório para superação das desigualdades sociais.

A escola parece estar engessada em seus currículos reservando pouco espaço para discussões como essas. Os conhecimentos escolares parecem ter a necessidade de um valor imediato e, talvez por isso exista uma desvalorização da reflexão social, da filosofia e das artes. A visão de currículo é algo que precisa ser (re)discutido para que possamos afirmar que realmente existe dentro das escolas espaços de reflexão. Arroyo (1999, p.23) diz que “sabemos pouco sobre o funcionamento e a estrutura da instituição social escola no seu cotidiano, porque a opção teórico metodológica parte do isomorfismo entre a organização fabril e escolar”.

A escola em sua historia tem se ausentado dessas discussões, de reflexões profundas e criticas sobre o assunto. As semelhanças entre a escola e o mundo do trabalho nos fazem ver a fábrica de hoje como a escola de amanhã, anulando quase que totalmente o papel transformador da escola e nos deixando apenas o questionamento de como seria possível modificar essa sociedade. As escolas aproximaram-se tanto do mercado de trabalho que em alguns casos parecem dirigidas por diretores de empresas ao invés de educadores. A estrutura da escola que considera especialmente um grupo privilegiado acaba excluindo outros. A preparação para o vestibular, por exemplo, foi extinguindo das salas de aulas os trabalhos que não se enquadram neste propósito de preparação para o concurso. O que resta aos que não têm planos a curto prazo de frequentar uma faculdade? Sejamos realistas, ainda que pública uma faculdade tem um custo que muitos estudantes não tem condições de pagar e isso sem falar nas questões de acesso à ela. Entretanto como algumas coisas são super valorizadas na escola, assim como o vestibular, fica ainda mais difícil propor mudanças que atingiriam diretamente os referenciais consagrados na sociedade. Além disso o modelo capitalista não é algo engessado, ele é múltiplo e está em constante transformação mas a escola parece apresentar um caminho único para todos seus estudantes. Além disso, Franco afirma que:

As tentativas de adequar a escola às exigências do mercado de trabalho não têm passado de um esforço vão. No fundo, as análises que têm procurado caracterizar o mercado de trabalho têm repousado em pressupostos falsos, ou seja, de que o mesmo é estático, homogêneo, fechado, a-histórico, quando, em verdade, o mercado de trabalho é uma realidade histórica, socialmente determinada, e que obedece a movimentação desordenada do capital. A não-compreensão desses fatos tem levado os educadores a atribuir todas as dificuldades de colocação do estudante no mercado de trabalho ao próprio funcionamento da escola (1991, pg.82).

Quando afirmo que o capitalismo não é algo engessado mas múltiplo e em constante transformação isso não significa que devemos transformar as escolas em mercados educacionais, apenas que devemos considerar esses fatores. Se transformarmos as escolas em mercados perderíamos os maiores valores da educação e reduziríamos ainda mais os espaços que hoje são quase mínimos para transformação.

Há quem acredite que o problema do desemprego e das desigualdades sociais é apenas devido as baixas qualificações. Com isso, a responsabilidade do desemprego recai sobre a formação escolar.

[...] frequentá-la e, sobretudo, obter uma certificação de escolaridade, significa, supostamente, o acesso a bens materiais e simbólicos que a população com baixa ou nenhuma escolaridade é levada a acreditar não possuir por deficiências próprias e individuais. . (Rummert 2005, pg.125)

A medida em que se reduz as relações de trabalho aos conceitos neoliberais, que afirmam ser pelo mérito individual, pelo trabalho e disciplina que se alcança o sucesso, se ignora a violência das relações sociais reduzindo o problema social a um problema individual. O capital é também determinante para as relações sociais, ele se impõe em uma relação de força e violência.

Por um lado os professores são responsabilizados por não transmitirem saberes necessários para o sucesso e, por outro, os estudantes que não atingem o sucesso também são responsabilizados e vistos como incompetentes ou desinteressados.

Neste sentido, passa-se a falsa ideia de que se alguém acumula bens e é rico, ou é por mérito individual, pelo seu trabalho e esforço; ou se é pobre por falta de dedicação e de esforço. A denominada teoria do capital humano e, mais recentemente, da qualidade total das competências e da empregabilidade constituem-se por excelência no credo ideológico que afirma a visão individualista e falseadora da efetiva realidade. Desmontar essa ideologia é um ato educativo e ético-político fundamental. (Frigotto 2005, pg.20)

As grandes diferenças entre as escolas, principalmente entre públicas e privadas, no geral, não vistas como decisivas. Há uma crença de que apesar das

discrepâncias entre as escolas o que realmente fará diferença é a dedicação dos estudantes e professores.

Algumas abordagens sobre as relações entre educação e trabalho enfatizam o papel da educação na legitimação da ordem social. A partir do estudo da teoria de Bourdieu, por exemplo, foi possível um rompimento com o paradigma funcionalista que via a escola como uma instituição igualitária, pois para ele a escola legitima e reproduz as desigualdades sociais, rompendo com a ideologia do dom e do mérito pessoal.

A ideologia dominante é a ideologia das classes dominantes e é esta ideologia que encontramos presente nas escolas. Há indiscutivelmente mecanismos de controle social que não apenas a escola, mas nela os processos de socialização evidenciam mais ainda sua vigilância, organização interna, normas, ritualização das relações, as técnicas de organização temporal e espacial e, sobretudo as relações sociais entre estudantes e professores e sua centralidade na produção dos saberes e condutas. Neste contexto, as contribuições dos estudantes não são devidamente valorizadas.

Os jovens e adultos trabalhadores trazem, para o interior do espaço escolar, uma multiplicidade e uma riqueza de saber que quase nunca ousam externar por considerá-los inadequados, sem valor, ou mesmo equivocados. A escola, por uma série de razões marcadas por um processo de cristalização de valores ideologicamente construídos pelos interesses dominantes com frequência também se fecha a esses saberes, ignorando-os ou desqualificando-os. (Rummert 2005, p.126)

As práticas educativas não são processos meramente intelectuais a Educação de Jovens e Adultos deve assumir ativamente seu papel social. A centralidade das relações sociais na Educação de Jovens e Adultos permitem o trabalhador trazer suas contribuições como sujeito e estas não podem ser abandonadas pela teoria pedagógica.

Romper esse distanciamentos, reconhecendo nos jovens e adultos trabalhadores seres construtores de cultura, artífices primeiros de muitos conhecimentos que, no decorrer do processo histórico, serão apropriados e sistematizados pelas forças dominantes e, conseqüentemente, de acordo com a lógica estrutural do capitalismo, apartados do lócus em que se originaram, constitui uma tarefa a ser assumida pela escola comprometida com a classe trabalhadora. (Rummert 2005, pg.126)

O que chamamos de prática educativa, envolve organização do espaço e do tempo, através de uma normatização e um controle disciplinar que se assemelha a um adestramento esperado na organização das oficinas de trabalho. Se trabalho é uma função social inevitável, então é preciso educar socialmente. O aprendizado das relações sociais de produção acontece também com o aprendizado das relações sociais na escola, fazendo da escola um microcosmo do mundo do trabalho onde desde cedo os sujeitos incorporam as relações sociais fundamentais para socialização na vida adulta. Os aprendizados escolares estão inevitavelmente relacionados a incorporação desses processos e relações instituídos pela sociedade. Considerando esses aspectos as modificações na educação que aproximaram a escola do mercado de trabalho tornam-se ainda mais claras.

A valorização da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino coloca na sala de aula sujeitos jovens e adultos que no geral já têm muita experiência de vida e com isso muitos elementos para analisar a organização da sociedade, da escola e do trabalho. A exigência de sentido nas aprendizagens se mostram ainda mais claras na Educação de Jovens e Adultos. Acredito que por isso, o Educação de Jovens e Adultos acaba deixando mais visíveis os conflitos entre educação e trabalho, a medida em que manifestam as ilusões e desilusões dos educandos quanto aos processos educativos e os resultados da experiência escolar.

3. METODOLOGIA

O estudo de caso é uma das muitas maneiras existentes de fazer pesquisa em ciências sociais. Para Robert Yin o estudo de caso é visto como uma pesquisa empírica que faz investigação de fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos com fronteiras demarcadas, limitando o contexto e o fenômenos, e apresentação de várias fontes de evidências.

Robert Yin (2005) afirma que a necessidade de se utilizar os estudos de caso “surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos” e que permite conservar as características significativas e gerais de eventos reais. Nessa perspectiva, ele indica três situações para estudo de caso. A primeira quando busca testar uma hipótese previamente explicitada; a segunda situação indicada é para quando há um caso específico e, a terceira situação é quando há um caso revelador.

Há na escolha de cada estratégia suas vantagens e desvantagens que dependem das questões, do controle, e do foco. Yin (2005) afirma que a estratégia de utilizar os estudos de caso é mais comum quando as questões escolhidas pelo pesquisador envolvem “como” e “porquê”, quando ele não tem muito controle sobre os acontecimentos e o foco direciona para fenômenos contemporâneos. Nesses fenômenos a análise de seus desenvolvimentos com contagem de incidências não trazem por si só as respostas.

Yin considera muito importante definir previamente as questões da pesquisa e afirma que é possível haver uma predisposição para buscar uma estratégia particular independente da questão de estudo.

De maneira geral, para Yin os estudos de casos devem ser completos e para isto ele apresenta três indicadores. Um deles refere-se a estipular as fronteiras do caso, outro em considerar hipóteses alternativas e por fim, apresentar evidências que sustentem as conclusões.

O Estudo de Caso se divide em três etapas: a escolha do referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar, a seleção dos casos e a escolha dos instrumentos para coleta de dados e, por fim, a análise que conduzirá as conclusões pela interpretação dos dados apresentados.

4. SELEÇÃO DOS CASOS

Durante o período da pesquisa foram visitadas escolas públicas da região norte de Porto Alegre que oferecem o Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino no período da noite. Foram selecionados 20 estudantes para serem entrevistados, sendo 50% do ensino fundamental e os outros 50% ensino médio. Dentre esses estudantes entrevistados também foi feita uma divisão entre homens e mulheres, sendo 50% de cada tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

É possível encontrar diversos conceitos sobre representação social, neste estudo de caso consideramos o conceito apresentado por Serge Moscovici. Embora este tenha características semelhantes ao conceito apresentado por Durkheim, não desconsiderando a influência do contexto social, vai além considerando também a perspectiva individual. Para Durkheim as crenças coletivas se sobrepõe as individuais.

Desse modo, o "social" de Moscovici, diferentemente do "coletivo" de Durkheim, designa o aspecto dinâmico e a bilateralidade no processo de constituição das representações sociais, assinalando duas facetas: por um lado, a representação como forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo. As representações são medidas sociais da realidade, produto e processo de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade nos processos de interação e mudança social (JODELET, 1986, p. 37).

Essas representações sociais são analisadas a partir de um questionário que inicialmente busca trazer dados para caracterizar o grupo de estudantes entrevistados analisando a idade, a ocupação e o histórico, fazendo comparações com dados dos IBGE. A seguir o questionário busca analisar os conceitos gerais e representações que os estudantes tem sobre a escola e a educação. Por fim, são feitos questionamentos mais específicos sobre a relação que cada um estabelece entre educação e trabalho de acordo com suas vivências.

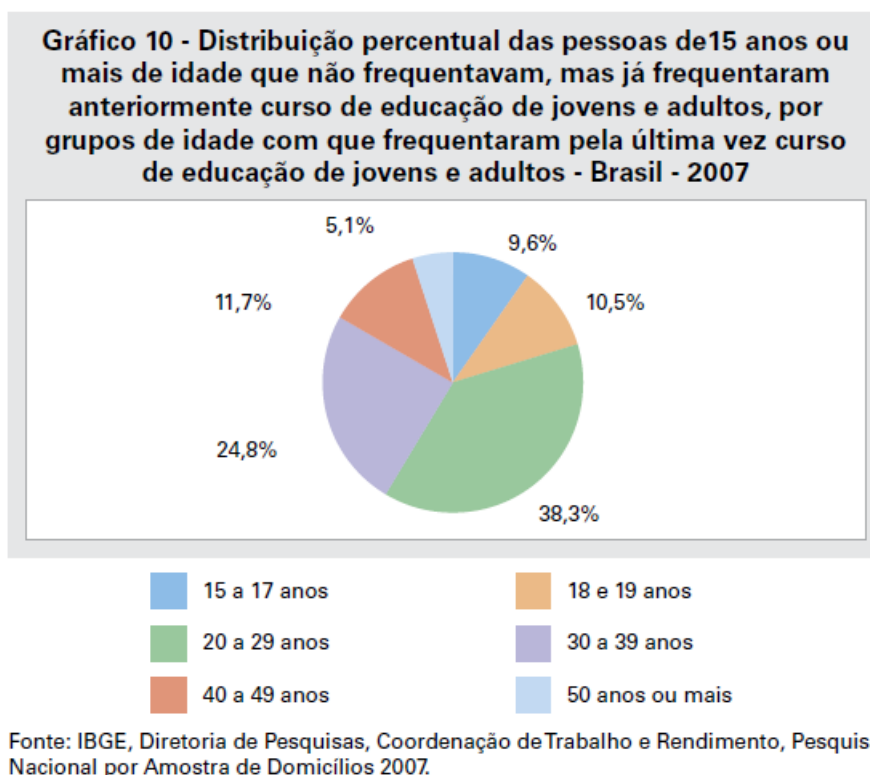
A seguir são apresentadas as análises sobre as respostas dos estudantes para cada uma das perguntas. Para preservar a identidade deles não foram feitas identificações.

5. ANÁLISES

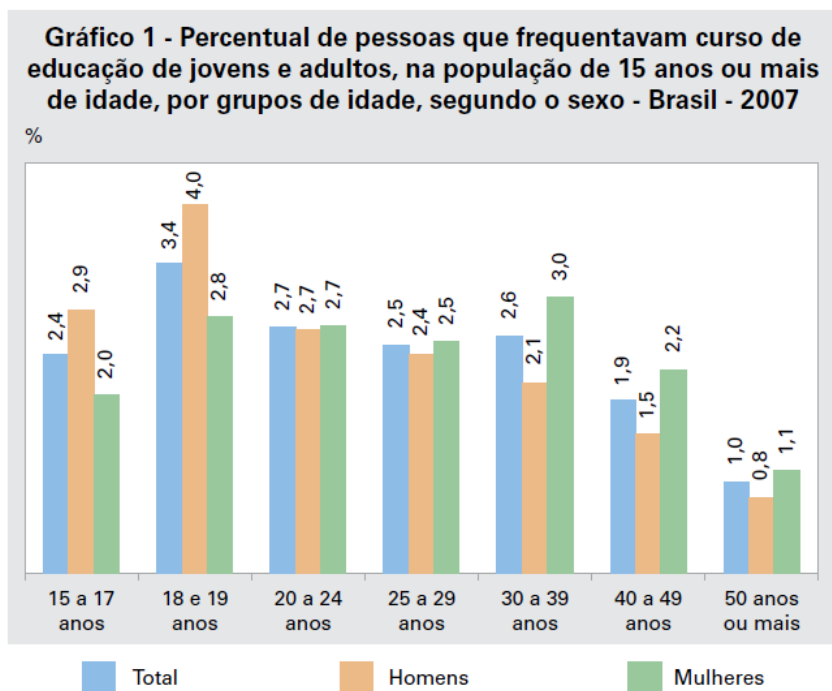
5.1 Caracterização do Grupo

Qual sua idade?

Há várias diferenças no ensino fundamental e ensino médio da Educação de Jovens e Adultos. Uma dessas diferenças que se pode perceber é relacionada as idades dos estudantes. Embora nem todos os estudantes das turmas visitadas tenham sido entrevistados, o que se percebe é que quanto maior a idade menor a representação desses estudantes nas salas de aula e, que as pessoas com mais idade se concentram principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Por que será que existe esta diferença significativa? Por que é tão comum que as pessoas com mais idade não completem o ensino fundamental e médio? No site do IBGE é possível encontrar um gráfico que analisa a idade dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.



Neste gráfico é possível perceber a mesma realidade encontradas nas escolas selecionadas para os estudos de casos. Quanto maior a idade dos estudantes menor a representação deles nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Outra questão que se pode observar neste segundo gráfico do IBGE é que a procura das mulheres passa a superar a dos homens a partir dos 30 anos. Embora nas escolas selecionadas essas diferenças não tenham se apresentado de maneira tão significativa como no gráfico do IBGE considero esta diferença mais uma questão importante a ser analisada. Nestes estudos de caso, um dos motivos que parece justificar é a preocupação das mulheres com a família, que assumem o cuidado dos filhos e da casa conciliando com outros trabalhos.

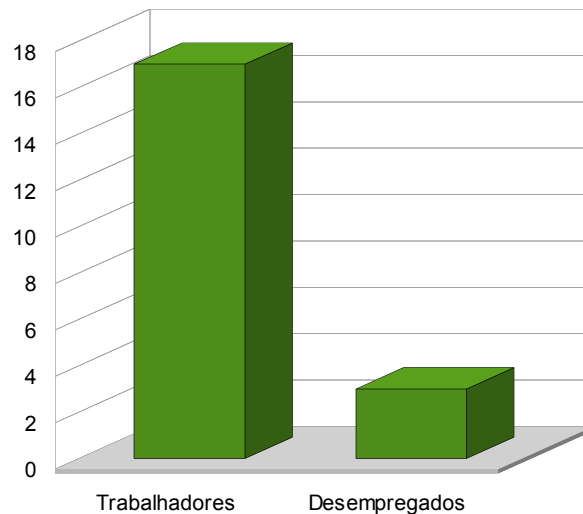
Se analisarmos as idades dos estudantes apenas no período de alfabetização, o que se percebe é que a realidade é outra. Neste caso, os estudantes com mais idades estão em maior número, diferente de quando falamos de todos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. O gráfico do IBGE confirma que esta realidade não é apenas das turmas selecionadas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Você está trabalhando? Qual sua profissão?

De acordo com o gráfico, podemos observar que a maioria dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos selecionados estão inseridos no mercado de trabalho, os outros estudantes afirmaram estar na busca por um emprego. Nesta questão, foram considerados trabalhadores todos aqueles que exercem qualquer tipo de atividade remunerada.



Nesta questão 3 estudantes afirmaram não considerar trabalho informal como trabalho. A exemplo disso podemos observar a fala de uma senhora de 64 anos, que após afirmar que não trabalhava relatou que em sua rotina diária levantava cedo todos os dias para recolher material reciclável para vender:

“Eu não tenho trabalho! [...] Reciclar não é trabalho de verdade, é um 'bico' pra ganhar um pouco mais [...] trabalho é que nem quando eu trabalhava na cozinha de um restaurante, lá eu tinha carteira assinada, chefe, horário pra entrar e sair e reciclagem é bem diferente...”

Para esta senhora trabalho se traduz basicamente por emprego. Nos outros casos os estudantes relataram que suas atividades não se classificavam como trabalho porque não tinham horários fixos ou consideravam ser uma atividade passageira.

“Eu não sou diarista, eu gosto é de trabalhar com roupas, mas enquanto não consigo um novo emprego limpo umas casas para ganhar dinheiro.”

“Eu trabalho... mas não é assim.. bem um trabalho mesmo porque eu vou lá ver se precisam de alguém e eles só me pedem as vezes pra fazer umas coisas.”

Ao responder essa questão, muitos estudantes afirmaram que o trabalho durante o dia é o maior responsável pelo atraso constante, pelas faltas e pela evasão escolar. Muitos estudantes relataram ter dificuldades de conciliar grandes jornadas de trabalho com o estudo, ainda que seja no período da noite. Acrescenta-se ainda, especialmente entre as mulheres, uma preocupação em reservar um tempo para a família.

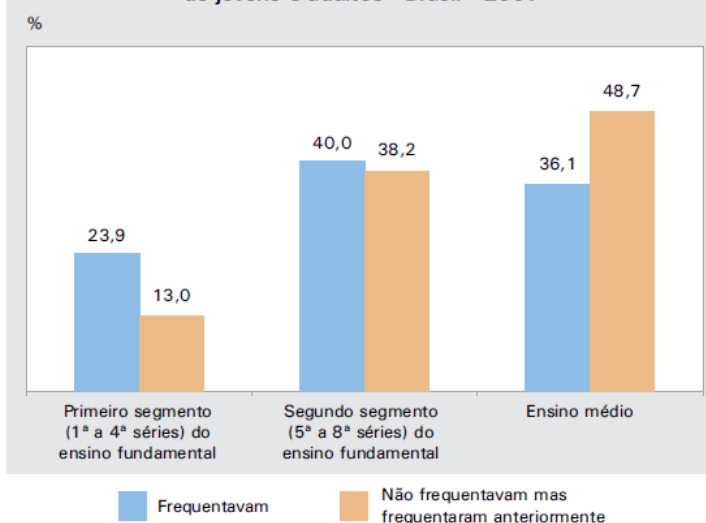
“Meu trabalho é muito cansativo, tem dias que nem venho para aula porque estou tão cansado que sei que não conseguirei nem prestar atenção.”

“Trabalhar e estudar não é fácil, as vezes, quando eu fico muito tempo fora de casa meus filhos começam a ir mal na escola, é preciso estar junto com eles pra garantir que estudem!”

Contudo, alguns estudantes disseram já estarem acostumados com esta rotina mesmo pegando até 2 ônibus a noite para ir na aula. Nos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental foi possível perceber uma motivação muito maior para ir nas aulas que nos estudantes do ensino médio.

Além das dificuldades de acesso à escola fica claro que os estudantes tem dificuldade de permanência, por diversos motivos,

Gráfico 5 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por segmento da educação de jovens e adultos, segundo a condição de frequência a curso de educação de jovens e adultos - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

e os altos índices de infrequência são vistos como naturais. O gráfico do IBGE demonstra esta situação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Este gráfico também demonstra que a infrequência é cada vez maior a medida que aumentam os anos de estudos.

As aulas iniciam muitas vezes com a ausência de grande parte dos estudantes, que vão chegando aos poucos. Uma aula com todos os estudantes é praticamente uma raridade. A grande maioria dos professores se apresenta bastante compreensivos com os atrasos dos estudantes, contudo, há professores que não permitem que os estudantes interrompam suas aulas entrando depois de um período pré-determinado. A escolha entre permitir ou não que um estudante entre na sala de aula é quase sempre do professor, não segue orientações de diretores ou coordenadores. Muitos estudantes reclamam da falta de compreensão dos professores que não permitem a entrada depois do horário, acreditando que suas entradas não caracterizariam uma interrupção.

Se você pudesse escolher uma profissão, qual gostaria de ter? Por quê?

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos entrevistados manifestaram o desejo de terem profissões que geralmente se relacionam com seus trabalhos ou profissões que na opinião deles fossem mais acessíveis a curto prazo.

“Eu gosto de trabalhar na cozinha, gostaria de continuar trabalhando isso só que de um jeito diferente, eu que gostaria de decidir como são feitas algumas coisas.”

“Eu sei fazer tudo que as pessoas me pedem, e bem feitinho, muitas vezes ensino meus colegas a fazer o trabalho deles e eu gosto de ensinar, de ver as coisas ficando bem bonitas, eu queria ser um mestre de obras que nem meu chefe, de continuar fazendo o que eu faço mas cuidar dos que os outros fazem também.”

“Eu gosto da empresa que eu trabalho, porque eles me deram uma chance, mesmo sem saber ler e escrever eles têm muita confiança em mim, se eu aprendesse a ler e escrever poderia até fazer o trabalho do meu chefe, muitas vezes eu sei mais que ele mas sem saber ler e escrever não consigo fazer muitas coisas.”

A cozinheira gostaria de ser chefe de cozinha, o pedreiro gostaria de ser mestre de obras, o operador de máquinas gostaria de ser chefe de seu setor e assim por diante. A maioria dos entrevistados demonstrou um desejo por continuar na mesma empresa ou área de atuação, porém em novos cargos. Os motivos por tal escolha foram principalmente melhor remuneração, reconhecimento e prazer com o trabalho.

“Na verdade não tem muita diferença [...] quer dizer.. tem diferença porque ser chefe de cozinha ganha mais, não trabalha tanto, as pessoas tem que aceitar o que você diz mas o trabalho é mais ou menos o mesmo.”

“Eu gostaria de ser mestre de obras porque ganha mais e porque as pessoas iam ter que fazer como eu digo, porque nem todo mundo escuta quando eu falo que alguma coisa não está certa e se eu fosse chefe elas iam ter que me escutar.”

“Eu gostaria de cuidar do meu setor porque é assim, a gente começa bem de baixo ai vai aprendendo a fazer o serviço e aprendendo outras coisas e vai subindo na vida [...] o dono da firma começou assim que nem eu e hoje ele sabe como funciona tudo e tem a firma dele.”

Poucos estudantes demonstraram o desejo de modificar radicalmente sua rotina e, quando relatavam algum desejo nesse sentido, relatavam também uma descrença na possibilidade de concretizarem esses desejos.

“Eu queria só um emprego melhor, porque na verdade o que eu queria mesmo era ser advogada [...] mas acho difícil na minha idade começar uma faculdade, elas também são muito caras.”

“Eu gostaria de ter meu próprio negócio, trabalho faz muito tempo com festas, sei como funciona tudo mas quando pensei em abrir meu negócio vi que seria muito mais caro do que eu imaginava.”

“Médica, tinha o sonho de ajudar as pessoas, poder curar elas. Acho uma profissão linda, se eu fosse médica acho que conseguiria ajudar as pessoas mais [...] se eu terminar os estudos talvez estude técnico em enfermagem.”

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos apresentam uma baixa auto-estima quanto ao seu potencial e além disso percebem as possibilidades de transformação de maneira muito restrita, principalmente por questões financeiras. Quando falam em formação acadêmica, por exemplo, as universidades são vistas quase como inacessíveis, da mesma maneira que abrir o próprio negócio.

Quais os motivos que fizeram você buscar a Educação de Jovens e Adultos?

Os motivos que fazem os estudantes procurar a Educação de Jovens e Adultos não são novidades. Todos sabemos que atualmente uma pessoa não-escolarizada tem grande dificuldades no dia a dia e para conseguir um emprego de qualidade.

As diferenças entre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental e médio também podem ser percebidas nos motivos os fazem buscar a Educação de Jovens e Adultos.

Os estudantes dos primeiros anos do ensino fundamental buscam aprender a ler, escrever e realizar cálculos matemáticos, não apenas por questões profissionais mas, principalmente sociais, enquanto os estudantes do ensino médio buscam, mais que tudo, novas oportunidades de trabalho consequentes da certificação.

“É muito ruim não saber ler e escrever, estava tudo ali, na minha frente e eu era como se fosse cega porque não conseguia ver [...]”

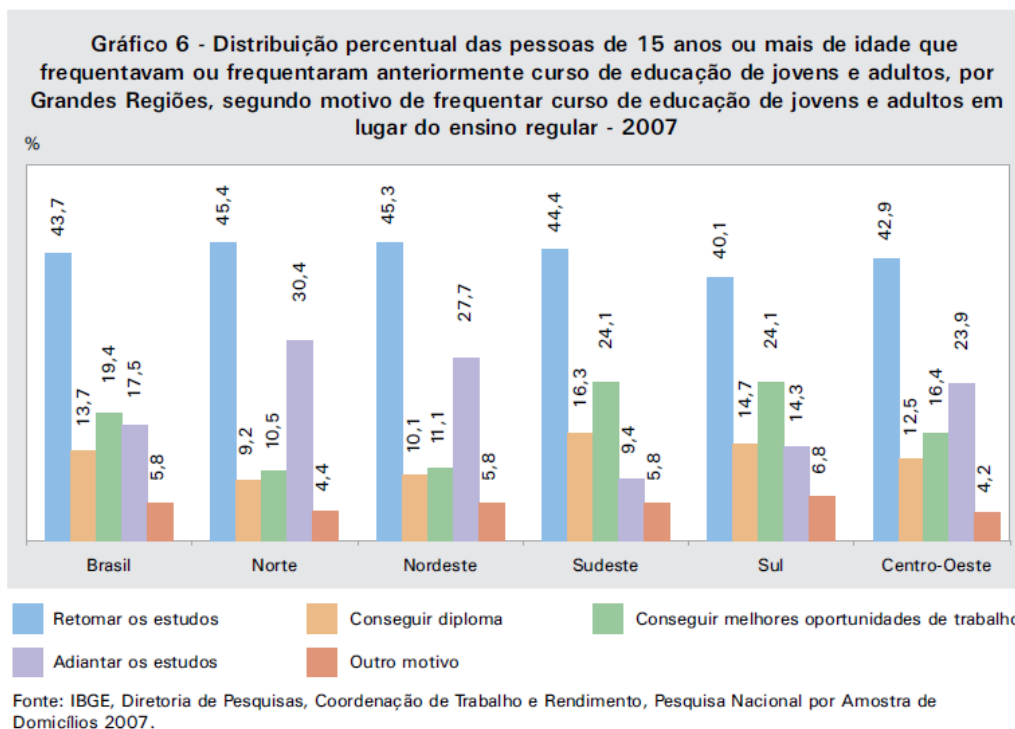
“Resolvi voltar a estudar porque faz muita falta os estudos, quando a gente não sabe ler e escrever tem que estar sempre dependendo de alguém.”

“Eu sempre quis saber ler e escrever, mas tinha que trabalhar, agora mesmo trabalhando estou conseguindo aprender.”

“Voltei a estudar pois assim tenho mais chances de conseguir um emprego melhor e para aprender a usar o computador.”

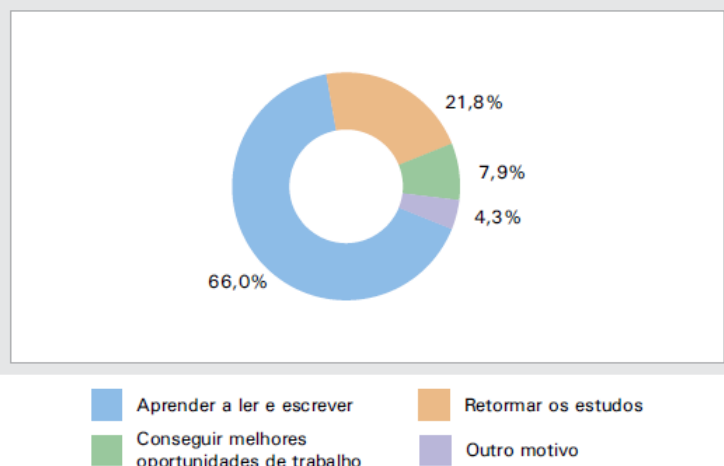
“Qualquer coisa que você queira fazer hoje em dia eles pedem um diploma, e se você quiser fazer um curso de qualquer coisa tem que ter também.”

O Gráfico do IBGE apresenta os motivos relatados pelos estudantes para frequentar a Educação de Jovens e Adultos. Dentre esses motivos aparece principalmente o desejo de retomar os estudos, adiantar os estudos, conseguir um diploma e conseguir melhores oportunidades de trabalho. Estes motivos também foram citados pelos estudantes entrevistados, contudo quando questionados sobre os objetivos de retomar os estudos, de conseguir um diploma ou adiantar os estudos quase todos tinham como objetivo melhores oportunidades de trabalho.



As diferenças dos motivos dos estudantes do ensino fundamental e médio também pode ser percebida neste gráfico do IBGE, onde aprender a ler e escrever é o principal motivo apresentado pelos estudantes do curso de alfabetização.

Gráfico 13 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de alfabetização de jovens e adultos, por motivo de frequentar curso de alfabetização de jovens e adultos Brasil - 2007



Por que não frequentou a escola em idade escolar?

“Não pude ir para a escola porque tinha que trabalhar e ajudar minha família.”

“Meus pais tiveram muitos filhos, era preciso que a gente trabalhasse para ajudar em casa.”

“Para meus pais, o estudo não era tão importante, a gente estudava quando era criança mas depois tinha que trabalhar.”

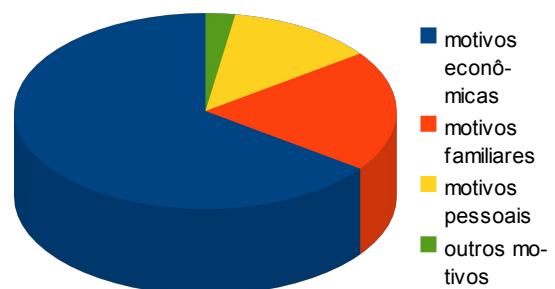
“Na época que eu deveria estudar não era como hoje [...] a gente morava no campo e trabalhava... estudo era mais para quem morava na cidade.”

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos entrevistados, no geral, apontaram os motivos econômicos como principais responsáveis por não terem frequentado a escola no período normal. Poucos relataram não terem frequentado a escola por outros motivos mas dentre esses outros motivos é importante destacar que problemas pessoais e familiares apareceram com frequência ou até mesmo acompanhando os problemas econômicos ainda que não vistos como determinantes.

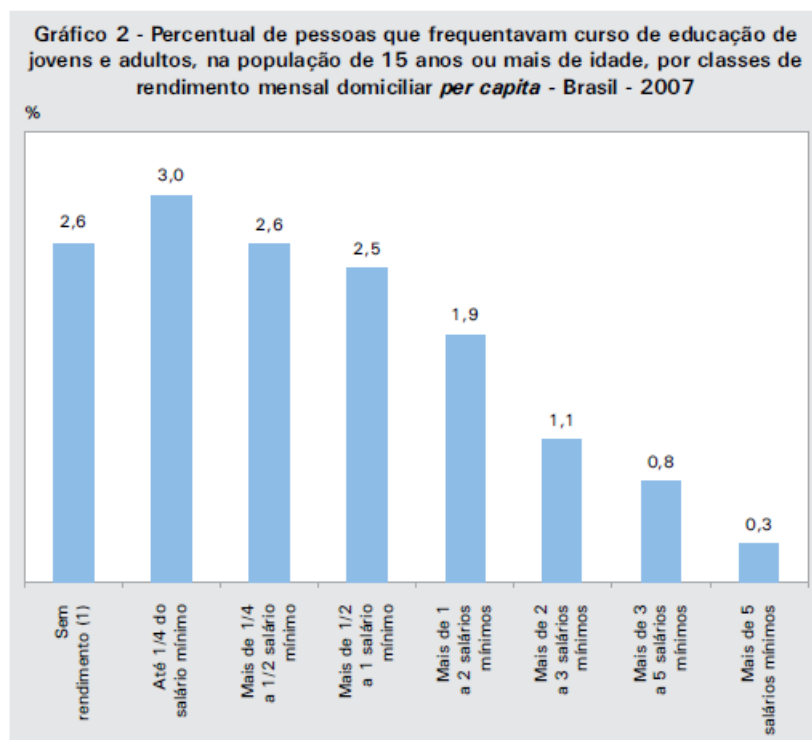
“Eu perdi minha mãe quando era muito novo, no início eu continuei indo pra escola, mas com o tempo comecei a matar aula até que desisti...”

“Eu era um bom estudante quando pequeno, mas depois que eu cresci só queria saber de festa, fui na onda dos outros...”

Os motivos apresentados pelos estudantes entrevistados foram bem diversificados, contudo é possível classificar as respostas por motivos econômicos, familiares, pessoais e outros, considerando sempre que houverem diversos o mais decisivo do ponto de vista do entrevistado. O Gráfico ao lado apresenta o percentual dos



motivos declarados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos para não terem frequentado a escola no período normal:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusivo as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Os problemas econômicos da população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos não se apresentam apenas no período em que ela deixou de frequentar a escola, mas também no momento em que volta aos bancos escolares.

O gráfico do IBGE demonstra que o maior percentual de pessoas que frequentam a Educação de Jovens e Adultos são oriundas de famílias de baixa renda.

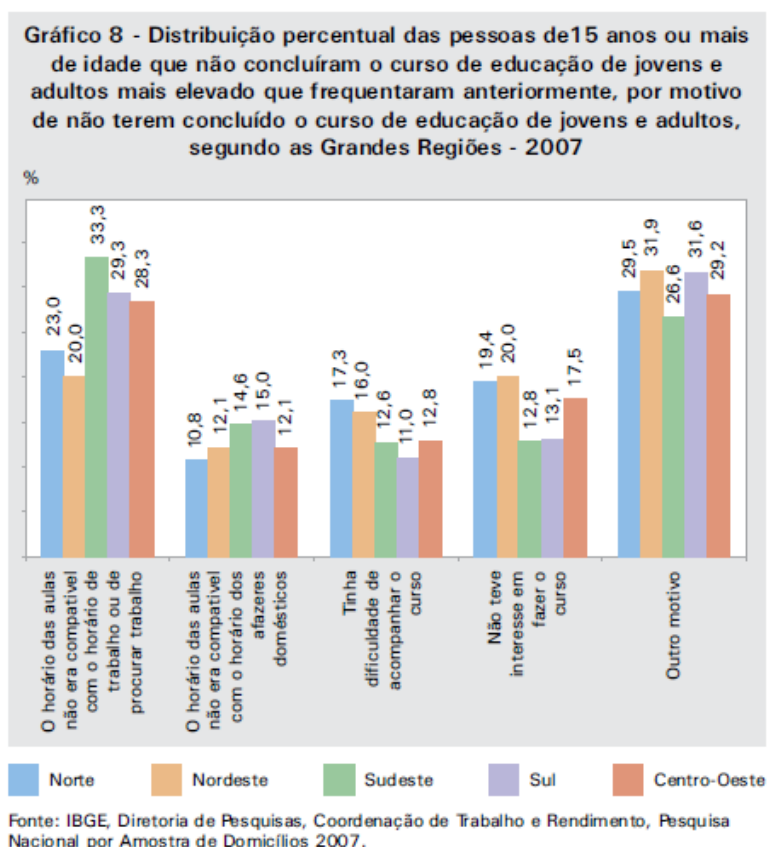
Os entrevistados não foram questionados quanto a sua renda mas esta questão ficou clara a partir das respostas dessa pergunta e pelas condições observadas durante a entrevista. Pode-se dizer que a maioria dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos são, com certeza, oriundos das classes populares.

Além dos estudantes, por diversos motivos, terem deixado de frequentar a escola em idade escolar, é muito comum que eles também parem de frequentar a Educação de Jovens e Adultos. Dentre os estudantes entrevistados, muitos já deixaram de frequentar a Educação de Jovens e Adultos em outros momentos.

Além das dificuldades de conciliar o trabalho com os estudos, conforme já foi relatado, os estudantes também relataram outros motivos. Dentre eles, as dificuldades em chegar na escola, pois alguns estudantes levam mais de uma hora e pegam até dois ônibus porque não há vagas na Educação de Jovens e Adultos em escolas próximas a suas casas.

Apenas no ensino médio alguns estudantes relataram perder o interesse na Educação de Jovens e Adultos. Essa perda de interesse ocorre principalmente pela obrigatoriedade de disciplinas que os estudantes consideram desinteressantes como física e química. Alguns estudantes afirmaram que apesar de desinteressados permanecem na escola para conquistarem um diploma em função das novas possibilidades que ele oferece.

O IBGE também buscou pesquisar os motivos pelos quais os estudantes deixavam de frequentar as turmas de Educação de Jovens e Adultos. Os principais motivos foram relativos a compatibilidade de horários com o trabalho, com os afazeres domésticos, dificuldades de acompanhar o curso e falta de interesse.



5.2 Conceitos Gerais

Tem diferença entre Educação de Jovens e Adultos e a escola normal?

Esta questão surpreendeu muitos estudantes, a primeira resposta, quase imediata era negativa, isto é, que não existe diferença entre a escola normal e a Educação de Jovens e Adultos. Pensando um pouco sobre essas diferenças alguns estudantes afirmaram:

“É a mesma coisa [...] não é a mesma coisa tudo, algumas coisas são diferentes. Na

escola normal só vai crianças, normalmente é de dia e [...] o resto acho que é igual”.

“As matérias são as mesmas mas o jeito de ensinar é diferente, na escola normal era tudo mais calmo, a gente ficava muito tempo vendo a mesma matéria e aqui é tudo muito rápido.”

“Não tem muita diferença não [...] aqui as vezes a gente se sente até como criança, recortando, colando e desenhando toda hora.”

“Se exigia uma dedicação maior, se pesquisava mais em livros, hoje é muita coisa de internet, não se vê os estudantes com livros.”

“Na escola aprende mais e melhor porque tem mais tempo.”

Alguns estudantes disseram não lembrar mais de como era a escola normal no período em que a frequentaram e nenhum aluno disse que era totalmente diferente. As diferenças observadas são muito reveladoras pois demonstram que as diferenças entre a Educação de Jovens e Adultos e a escola normal podem não ser muito perceptíveis pelos estudantes. A principal questão de análise dos estudantes é basicamente as matérias, quando na realidade a escola normal se diferencia da Educação de Jovens e Adultos em muitos aspectos, ou ao menos deveria.

Há tempos sabemos que faltam profissionais capacitados para trabalharem com Educação de Jovens e Adultos e na dúvida entre o que fazer ou não seguem a mesma prática aplicada com crianças, o que também foi possível perceber pelos relatos dos estudantes que consideram muitas das atividades infantis para eles.

Para você: estar na escola é...(Como você poderia resumir sua experiência escolar)

Ao descreverem sua experiência escolar muitos estudantes ressaltaram principalmente os aspectos sociais. Para todos eles estar na escola é com certeza muito mais do que simplesmente aprender novos conhecimentos.

“Estar na escola é muito bom, aqui a gente aprende muitas coisas, faz amigos e até se diverte.”

“Estar na escola me ajuda em muitas coisas, as pessoas percebem que estou me esforçando e no meu trabalho me deram até novas funções agora que já sei contar.”

“A escola sempre foi muito importante pra mim, desde que eu comecei a vir pra escola minha vida mudou muito, aprendi a pegar ônibus, fazer compras, ler algumas coisas que precisava e antes eu tinha que pedir ajuda.”

“Na escola a gente tem muita ajuda, pra tudo, não só pras matérias que a gente aprende, os professores e os funcionários nos ajudam até com coisas pessoais.”

“É bom.. o tempo que tenho na escola é bom mas tudo está mais modernizado e eu como estou velha não tenho a mesma facilidade.”

“Estar na escola é importante, as vezes você não sabe o por quê de estar aprendendo uma coisa mas no futuro isso talvez seja importante... sem um diploma fica difícil as pessoas te respeitarem e te darem oportunidades.”

De modo geral, os estudantes de ensino fundamental valorizam muito mais sua experiência escolar, talvez porque o valor dos conhecimentos mais básicos como ler, escrever e contar seja mais imediato do que os conhecimentos que adquirem no ensino médio. Este último depoimento, de um estudante do ensino médio, parece deixar mais claras estas diferenças. Neste depoimento se percebe que o aluno não relaciona tanto os conhecimentos da escola com suas atividades no dia a dia, contudo ainda tem a crença sobre a importância desses conhecimentos e a certeza da importância de um diploma.

Pra que serve a escola, na sua opinião?

“A escola serve para muitas coisas, nela se aprende a ler, escrever, contar e mais um monte de coisas importantes para vida.”

“A escola serve para dar educação e cultura para as pessoas.”

“A escola serve pra ensinar as pessoas, dar educação e bons modos.”

“Ela mostra coisas que você sozinho não consegue... ela ensina a viver.”

“A escola, na minha opinião, deveria dar educação e ensinar as pessoas coisas importantes, mas educação tem que vir de casa também.”

“A escola serve pra ensinar [...] ensinar português, matemática, história etc..”

Nas falas dos estudantes de ensino fundamental, sobre a função da escola, os estudantes falaram principalmente que a escola serve para ensinar “coisas” importantes para a vida. Questionados sobre que “coisas” seriam, praticamente todos falaram em ler, escrever e realizar cálculos matemáticos. Muitos estudantes também falaram que a escola fornece educação, bons modos e cultura. Os conhecimentos transmitidos pela escola são geralmente relacionados aos conteúdos. Do mesmo modo, em muitos casos a “educação” é sinônimo de bons modos.

No ensino médio se percebe uma visão um pouco mais preocupada com o futuro pois a fala mais comuns dos estudantes gira em torno da palavra futuro, embora ela também apareça nas falas dos outros estudantes.

“A escola serve para dar um futuro para as pessoas [...] se você não vai para a escola não consegue fazer muitas coisas.”

“A escola é a base da educação, se você quer ser um bom profissional tem que ir pra escola e depois fazer cursos para aprender sempre mais.”

“A escola serve para te ensinar na teoria coisas que você vai ter que por em prática no futuro [...] tem gente que vem pra escola mas não consegue por em prática as coisas que aprende.”

“A escola serve para formar bons cidadãos”

Houve alguns estudantes que falaram que a escola serve para formar “bons cidadãos”, contudo, quando questionados sobre o que seria um bom cidadão a maioria dos estudantes se limitou a falar em bons modos novamente. Apenas um aluno falou sobre cidadão ser uma pessoa de direitos.

“A escola serve pra formar um cidadão, para o mundo, para ensinar, ajudar e para criar bons governantes e bons profissionais, que está difícil [...]”

“Ser um bom cidadão é saber se comportar, respeitar as pessoas, ser uma pessoa de bem.”

“Ser cidadão é bem simples, é você saber respeitar os outros para que eles também te respeitem.”

“Cidadão é uma pessoa com direitos e deveres em uma sociedade.”

Portanto, podemos dizer que a visão sobre a função da escola, de acordo com as falas desses estudantes é ensinar principalmente a ler, escrever e contar, sem excluir também outros conhecimentos, embora não tenham sido apontados nenhum especificamente.

Você acredita que o sucesso da escola está diretamente ligado ao sucesso do trabalho? Por quê?

“Sim, até demais [...] sem estudo você não vai para lugar nenhum.”

“Sim, quanto mais se estuda mais se aprende e quem sabe mais tem empregos melhores.”

“Hoje tem muita concorrência por empregos, se você não tiver estudo não consegue um bom emprego.”

“Sem estudo você pode trabalhar e ganhar dinheiro, mas se tem estudo, com certeza, ganha mais.”

No gráfico podemos observar de modo geral as respostas dos estudantes entrevistados.

Essa questão também causou uma surpresa na maioria dos estudantes



entrevistados. As respostas foram afirmativas em quase todos os casos. Alguns estudantes afirmaram que parcialmente, dizendo que a escola contribui mas não é a principal responsável pelo sucesso. Estes poucos estudantes relataram experiências de pessoas próximas à eles que, mesmo com pouco ou nenhum estudo, conseguiram sucesso no trabalho. Apenas um estudante afirmou que não, pois para ele seu trabalho em nada tem relação com o que aprende na escola.

A escola prepara para o mundo do trabalho?

Nesta questão novamente os estudantes, especialmente do ensino fundamental, falaram da importância de saber ler, escrever e realizar cálculos matemáticos.

“Ajuda a preparar, mas não é tudo, depende do aluno e seu potencial.”

“Sem ler e escrever não tem trabalho, na escola a gente aprende a usar o dinheiro também.”

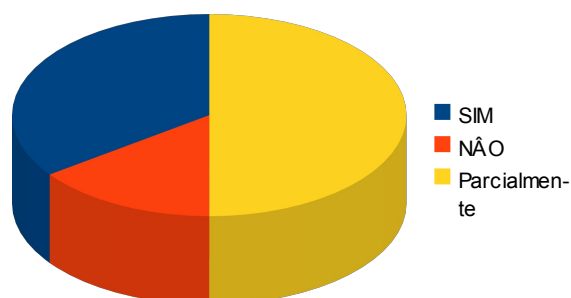
“A escola prepara para o trabalho, pois em qualquer trabalho saber ler, escrever e contar ajuda muito.”

“A escola não prepara para nenhum trabalho específico, ela te ensina ler, escrever, contar e outras coisas que você pode utilizar no seu trabalho.”

“A escola te ensina uma 'base' que ajuda no trabalho [...] depois da escola que você aprende coisas mais específicas.”

“A escola ensina um pouco, coisas que você pode utilizar no trabalho, mas poderia ensinar mais [...] a gente poderia ter mais aula de computação por exemplo.”

O gráfico demonstra que a maioria dos estudantes acredita que a escola prepara para o trabalho mas parcialmente e que outra grande parte dos estudantes acredita que



realmente prepara. Apenas um pequeno número de estudantes acredita que a escola não prepara em nada para o mundo do trabalho:

Os três estudantes que afirmaram que a escola não prepara são do ensino médio e todos os estudantes que afirmaram que sim, que a escola prepara para o mundo do trabalho são do ensino fundamental.

As respostas afirmativas apresentaram muito a crença de alguns estudantes na grande necessidade da escola para qualquer atividade, da mesma maneira que as negativas apresentaram uma crença oposta. Foi considerada como parcialmente as respostas em que os estudantes acreditavam que a escola contribuía, mas não era decisiva.

Neste contexto a preparação da escola para o mundo do trabalho é vista pelos estudantes entrevistados apenas no sentido de aprendizagens úteis para execução de tarefas. Quando questionados se a escola poderia preparar para o mundo do trabalho de outras maneiras os estudantes ficaram em dúvida e novamente relacionavam a preparação aos conhecimentos utilizados para realizar um trabalho.

5.3 Relação entre conceitos gerais e vivências

O que se aprende na escola você aplica em que? Você faz alguma relação entre os conteúdos aprendidos na escola e suas vivências? Quais relações?

Neste caso houve uma das separações mais marcantes entre as respostas dos estudantes de ensino fundamental e médio. No caso dos estudantes de ensino fundamental as aprendizagens tiveram grande sentido para eles. O fato de não serem alfabetizados gerava muito mais do que dificuldades, as exclusões que uma pessoa não-alfabetizada são muitas e podem ser sentidas no dia a dia de cada um. Todos os estudantes de ensino fundamental afirmaram aplicar as aprendizagens da escola no seu dia a dia.

“Sim, agora eu consigo ler muitas coisas no meu dia a dia, coisas que muitas vezes eu

precisava e não conseguia [...] até para pegar ônibus eu tinha que pedir ajuda, mesmo que eu tivesse decorado os números que eles colocam eu sempre ficava com dúvida.”

“Sim, escrever eu até não escrevo muito mas leio bastante, tenho lido jornais, revistas e as mensagens que aparecem na televisão que antes eu não conseguia ler também.”

“Sim, o que eu aprendi na escola mudou minha vida, agora estou muito mais esperta para as coisas.”

Os estudantes de ensino médio também passaram por esse processo de alfabetização e embora alguns ainda falem sobre ler, escrever e contar como conhecimentos importantes que aprenderam na escola e utilizam no dia a dia, a maioria fala apenas quando analisando o seu momento escolar não encontra nada significativo. A maioria dos estudantes de ensino médio afirmou não fazer essas relações, dentre os que afirmaram fazer os únicos exemplos lembrados foram relacionados a leitura, escrita e realização de cálculos matemáticos.

“Não, porque não tenho tempo.”

“Não faço relações, estudei mais pelo diploma. A escola não mudou nada do que eu faço na minha vida.”

“Não... acho que eu não uso nada.. fora ler e escrever.”

“Acredito que eu utilize, mas não me lembro de nada específico.”

“Eu não sou um aluno muito bom, acho que se eu estudasse mais talvez eu usasse mais.”

“Não [...] deixa eu pensar [...] é [...] acho que não, tem alguma coisa que eu deveria usar?”

“Muitas coisas que você aprende na escola são muito vagas, não fazem sentido, você vê na escola depois nunca mais vê em lugar nenhum.”

“Eu não utilizo nada que aprendi na escola, mas isso é uma escolha da pessoa, tem muita coisa que a escola ensina que se você estudar bastante pode usar.”

Assim, para os estudantes de ensino fundamental e médio, estabelecer relações entre os conhecimentos aprendidos na escola e suas vivências, para além de ler, escrever e realizar cálculos matemáticos, é algo muito complicado. Não estou dizendo aqui, que estes estudantes não são capazes de fazê-lo e menos que a escola não transmita saberes que se relacionem ao dia a dia. Trata-se de entender qual a percepção dos estudantes nesse sentido.

O que faço no Trabalho tem a ver com que aprendi na escola? Por quê? Quais os conhecimentos aprendidos na escola que você utiliza ou espera utilizar no seu trabalho?

Apesar de muitos estudantes terem afirmado diversas vezes a importância da educação, da escola e dos conhecimentos escolares esta questão demonstrou, mais uma vez, uma dificuldade de exemplificar, da mesma maneira que apresentaram dificuldades em estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e suas vivências.

As respostas para esta pergunta foram quase as mesmas da questão anterior, isto é, os estudantes não estabelecem relações concretas entre as aprendizagens da escola e o trabalho que exercem, retomando da mesma maneira quando falam das relações com suas vivências.

Acrescenta-se a questão da informática, já que os estudantes entrevistados tinham aula de informática uma vez por semana. Os conhecimentos de informática são vistos como muito importantes para conseguir melhores cargos e empregos.

“Tem, porque tem informática.”

“Agora que eu sei um pouco de informática posso ver algumas coisas do meu trabalho no computador.”

“Eu ainda não uso o computador para trabalhar, mas tem alguns setores na minha empresa que utilizam bastante [...] se eu aprender bem posso tentar trabalhar lá, e lá eles pagam melhor.”

“Eu gostaria de trabalhar com o computador [...] acho bem legal.”

Outras percepções interessantes a serem analisadas pelos estudantes podem ser observadas nas respostas abaixo:

“Não, a reciclagem é uma coisa e a escola é outra.”

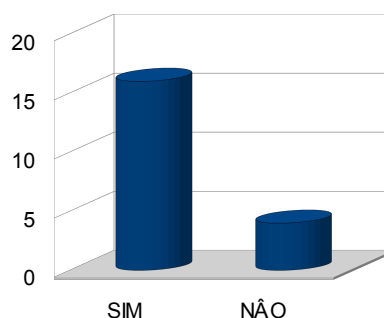
“O que eu faço não tem a ver com o que eu aprendi na escola, mas acho que porque eu não estudei muito... tem gente que deve utilizar mais do que eu.”

Na primeira, para a aluna entrevistada, a escola não se relaciona com seu trabalho de modo algum. Questionada se outros trabalhos podem se relacionar com o que se aprende na escola ela se surpreende e afirma que qualquer trabalho não se relaciona com a escola. A mesma, embora afirmasse de maneira convicta sua opinião, não apresentou mais argumentos para serem analisados.

No geral, as pessoas que afirmam não fazer relação entre seu trabalho e a escola não negam que estas existam. Contudo afirmam principalmente que não fazem essas relações porque não estudaram suficiente, porque seu trabalho não exige tais relações, entre outros motivos. Portanto, para muitos alunos, não estabelecer relações não desfaz a crença de que a escola se relaciona com o mundo do trabalho.

Você acha que a escola deveria ensinar algo que não ensina? O que?

Dentre os estudantes entrevistados a maioria acredita que a escola deveria ensinar mais outros conhecimentos, enquanto uma minoria apenas acredita que o que a escola ensina é suficiente. Todos os estudantes que responderam negativamente a questão pertencem ao ensino fundamental. O gráfico abaixo demonstra claramente este posicionamento dos estudantes entrevistados:



“A escola deveria ensinar mais informática, pois hoje em dia é bem importante.”

“A escola deveria ensinar mais educação e respeito, com professores e colegas, a escola não se impõe nisso, a escola deveria exigir mais disciplina.”

“Acho que as matérias que a gente aprende as vezes são muito sem sentido... gostaria de saber mais para que posso usar o que eu aprendo na escola.”

“Deveria exigir mais coisas dos estudantes os estudantes deveriam ler mais livros.”

“A escola deveria ensinar mais coisas úteis para a vida.”

“Qualificação profissional.”

“Acho que a escola ensina tudo que é importante, algumas pessoas que não aprendem.”

“A escola se não ensina encaminha.”

Dentre os principais conhecimentos citados como importantes, que os estudantes gostariam que a escola ensinasse estão principalmente os conhecimentos mais práticos, isto é, gostariam que a escola ensinasse algo em que eles pudessem fazer relações com seu dia a dia ou com seu trabalho. É possível perceber também que alguns estudantes apreciam um modelo de escola que muitas vezes não encontram. Esses estudantes relatam principalmente o desejo por uma educação que se enquadre em seus modelos, isto é, com mais disciplina, exercícios, livros, entre outras características de seus “modelos”.

Qual a diferença entre as pessoas que frequentaram a escola e as que não frequentaram? Existe um outro modo de aprender conhecimentos importantes sem ir para a escola?

“Muitas, quem não vem não aprende nada [...] nada de nada.”

“Tem, quem não vai pra escola não tem conhecimentos.”

“Quem não frequenta a escola não sabe nada, mesmo se souber ninguém vai dar atenção para o que a pessoa fala.”

“Muita, quem não está na escola não consegue entender nada direito.”

“As pessoas que frequentam a escola são mais inteligentes, sabem mais sobre tudo.. e quem não frequenta a escola fica burro.”

“São todos iguais, mas quem não vem não sabe nada, quem não vem é preguiçoso.”

“Quem frequenta a escola tem mais conhecimento, as que não frequentam são pobres de espírito, as vezes não sabem nem conversar.”

“Os coitados passam trabalho e são enganados.”

A crença das pessoas sobre a importância e as funções da escola estão sempre muito presentes nas falas dos estudantes. Quando questionados sobre a diferença entre as pessoas que frequentam ou não a escola podemos perceber ainda mais essas crenças. Os mesmos estudantes que foram vítimas de preconceitos e discriminação reproduzem muitas vezes essas mesmas atitudes quando analisam as pessoas não escolarizadas.

“Não tem, não aprende sem ajuda.”

“Em casa estudando, mas não é mesma coisa.”

“Tem mas tu não presta muita atenção, tem que ter alguém preparado que nem professor.”

“Não, com certeza não. A não ser quem pode pagar que tem professores particular mas isso abitola as pessoas a escola é fundamental, um caminho aberto pra vida.”

“A gente aprende muita coisa fora da escola, mas o que é importante só na escola mesmo.”

Embora nessa questão se buscou desvincular a ideia de conhecimentos como conteúdos escolares, as ideias sobre aprendizagens estão sempre muito ligadas a escolarização para os estudantes. Os conhecimentos não formais não são valorizados por eles, embora a Educação de Jovens e Adultos defenda uma valorização deles.

6. CONCLUSÕES

A busca pelo sentido da prática pedagógica, com certeza, não é uma preocupação minha unicamente. Diariamente os educadores buscam esse sentido mergulhados em uma realidade tão complexa de entender quanto de transformar.

Há, com certeza, um movimento cada vez maior e mais forte em tornar os objetivos da Educação de Jovens e Adultos concretos, mas há também muitas dificuldades. Essas dificuldades não estão apenas dentro das escolas, mas na cultura da sociedade. Enquanto visitei as escolas para fazer as entrevistas pude perceber diversas iniciativas no sentido de fazer da Educação de Jovens e Adultos uma modalidade de ensino realmente diferenciada e, de modo geral, de fazer da experiência escolar, como um todo, algo realmente significativo para os estudantes.

Existe, sem dúvidas, muito mais para se analisar do que apenas estas percepções, pois estas estão muitas vezes moldadas por uma cultura que tende a olhar sempre em uma mesma direção. Contudo, a naturalidade como que muitas vezes se percebe a organização da escola e do trabalho para mim é algo preocupante, por isso busquei nesse trabalho apresentar recortes históricos que considero importantes para reafirmar que estas organizações não são naturais, não são consensos e, com certeza, não representam a melhor opção para a maior parte da população.

As respostas dos estudantes as perguntas demonstram um visão bastante idealizada da escola. A situação financeira dos estudantes é vista, por eles mesmos, muitas vezes como consequência apenas da baixa escolarização, e, de modo geral, o que se percebe é um grande conformismo e poucas reflexões sobre a estrutura social. Esta imagem se aproxima muito do conceito neoliberalista de educação pois a escola é vista como uma instituição igualitária, a medida em que o sucesso na escola é visto como diretamente relacionado ao sucesso no trabalho.

Apesar de nossas certezas sobre as relações entre a esfera da educação e do mundo do trabalho devemos nos questionar por que essas certezas se mantiveram sólidas, se estamos “condenados” a seguir esses os mesmos processos de maneira conformista a medida em que o sistema se modifica. Devemos pensar também em que a escola pode contribuir para o mundo do trabalho. Seria a escola capaz de socializar de uma maneira diferente, que pudesse até mesmo em meio aos processos de socialização

produzir mais mudanças no mundo do trabalho que o contrário?

A formação diferenciada do trabalhador depende de um repensar sobre toda educação, especialmente sobre sua estrutura e seus currículos. Não acredito que uma educação consciente não seja capaz de modificar essa estrutura aparentemente alienada e conformista. A escola, embora socialize, não auxilia o trabalhador com suas necessidades postas pelas relações sociais de produção.

Para os estudantes da EJA, no geral, a experiência escolar está diretamente relacionada aos conteúdos, mesmo que os aspectos sociais não sejam descartados eles são vistos como secundários. Quando os estudantes analisam a escola e sua experiência escolar olhando basicamente para os conteúdos deixam de considerar o aspecto mais importante que é o da socialização. Da mesma maneira que fazem os professores, quando apenas seguem uma lista de conteúdos. Por algum motivo, eles ainda acreditam na importância da escola, mesmo que não consigam estabelecer muitas relações entre o que aprendem na escola e suas vivências ou seu trabalho.

Como educadores, não podemos perder a crença de que a escola é um lugar que luta por considerar de maneira positiva os diversos papéis sociais, para que a educação possa trazer mudanças profundas para os indivíduos e estender isso para as relações de trabalho. A escola ainda é o principal meio de vencer a crise do desemprego, ajustando os sujeitos ao trabalho e ao sistema inevitável. Contudo, ela não pode simplesmente se ajustar aos novos modelos de produção, deve valorizar mais os sujeitos do trabalho, da produção, da ação educativa e seu protagonismo na busca de saídas para essas incertezas pois a crise do trabalho não é só econômica, é também social e cultural.

Se o principal objetivo da educação é formar cidadãos críticos e conscientes devemos nos questionar porque muitos estudantes não sabem ao menos dizer o que é ser um cidadão. Por que os estudantes não falam, mesmo sem nomenclaturas, dos esforços da educação neste sentido? Não é possível que depois de um longo período de escolarização os estudantes tenham que buscar sentido apenas nas primeiras aprendizagens.

Os aspectos sociais estão muito presentes nas escolas, eles podem ser percebidos especialmente quando os estudantes relatam sua experiência escolar, ainda que, infelizmente, eles não percebam isso como uma função da escola. Apesar dos processos de socialização, especialmente na escola, não conseguem considerar o

trabalhador como um sujeito social e cultural de maneira satisfatória, os movimentos sociais dentro e fora das fábricas formam novos sujeitos reafirmando que a escola e a fábrica não são as únicas instâncias socializadoras e educativas e que apesar de mínimos ainda existem espaços para questionamentos e transformação.

Nem tudo é socializável, nem as ideias dominantes e, é nesse de inconformismo que surgem as mudanças. Devemos repensar o modelo que tem a educação como um meio de legitimação da ordem social e cultural e passar a pensar mais sobre suas capacidades transformadoras do meio social e cultural.

As dinâmicas das propostas pedagógicas não estão ultrapassando os limites pois educandos e educadores não estão afirmando suas condições de sujeitos sociais e coletivos para além do que a organização da produção deseja de Jovens e Adultos. A estrutura da escola está cada vez mais próxima da organização do mercado de trabalho. As mudanças não precisam, e nem devem, partir apenas da fábrica para a escola ou da escola para a fábrica, mas fundamentalmente abrir possibilidades de escolhas para que o sujeito seja autônomo e emancipado. Contudo, embora a escola defenda um discurso igualitário e as vezes transformador, pouco produz e, no geral, praticamente só reproduz as formas de produção e as relações sociais se moldam de acordo com a classe dominante. Onde está a história social da escola se ela somente reproduz o sistema de produção?

Retomar os processos formadores das relações sociais nas escolas, nas fábricas ou na sociedade é retomar as concepções gerais e significativas especialmente da educação e da cultura. Ainda refletimos muito pouco sobre as potencialidades educativas centralizando mais nos resultados imediatos e menos nos processos a longo prazo. Acredito que a consciência sobre os relações de produções e os processos ao qual a escola esta submetida tem devem ser vistos como uma forma de entender e ajustar-se a necessidade de socialização mas também uma forma de pensar o novo.

As instituições de ensino devem fugir dos modelos imediatistas de mercado que apenas reforçam um sistema alienado e excludente. Elas podem influenciar muito o comportamento dos sujeitos quando inseridos no mercado de trabalho. Se modificarmos a escola somos capazes também de modificar as relações de trabalho mas isso não é algo que acontece de imediato, depende principalmente de uma consciência coletiva. Para isto, é fundamental que os estudantes compreendam os aspectos sociais não apenas como simples questões de convivência, mas em seu contexto mais amplo, partindo da

função principal da escola, que é de formar cidadãos, é que os estudantes podem se tornar sujeitos sociais ativos, principalmente nas suas próprias relações de ensino e aprendizagem e assim estender isso para todo seu contexto social.

Como podemos falar nas relações entre educação e trabalho de uma maneira ampla se estas relações só são observadas pelos estudantes com uma visão unilateral que busca apenas sentidos nos conteúdos para a prática do trabalho?

Não há fórmulas, nem caminhos traçados para que possamos alcançar nossos objetivos de fazer da educação um meio de transformação social. Como pedagogos só nos resta, portanto, a difícil tarefa de conseguir compartilhar aquilo que aprendemos, que percebemos e que acreditamos para construir um caminho capaz de alterar essa realidade. A internalização das relações de produção como componente de inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente de inserção social não excluem a possibilidade do desenvolvimento de um sujeito, trabalhador, transformador social e cultural.

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador.** In: Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1989. 272 p.

FRANCO, Luiz Antônio de Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola.** São Paulo. Editora Cortez: Autores Associados, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: a criação e a destruição da vida.** In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GENTILI, Pablo. **A Mcdonaldização da escola: A propósito de “Consumindo o outro”.** In: COSTA, Marisa. Educação Básica na Virada do Século: Cultura, Política e Educação. São Paulo. Editora Cortez, 2000.

JODELET, Denise. **"La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoria".** In: MOSCOVICI, Serge. Psicologia Social. Buenos Aires, Editora Paidós, 1986.

YIN, Robert. **Estudo de Caso.** Porto Alegre. Editora: Bookman, 2005.

RODRIGUES, José. **A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital.** In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2005.

RUMMERT, Sônia Maria. **Jovens e adultos trabalhadores e a escola. A riqueza de uma relação a construir.** In: A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2005.